

Geografia, representações sociais e escola pública

Nídia Nacib Pontuschka

Prof^ª. Dr^ª. da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Resumo: O artigo coloca os principais problemas que os professores da disciplina escolar Geografia, e das demais disciplinas do currículo das escolas do ensino fundamental e médio, vivem, neste final de século, a partir das mudanças impostas pelos órgãos governamentais em suas diferentes instâncias, as quais acompanham a nova forma que o capitalismo assumiu, orientado pela corrente político-econômica neoliberalista no embate pelos significados que deverão orientar a vida social. Nessa orientação, as reformas educacionais encontram-se no centro das políticas dominantes e, no texto, pensamos na maneira pela qual geógrafos educadores juntamente com os demais profissionais podem promover ações pedagógicas que se traduzam em um *movimento de resistência* a essas reformas, impedindo que a educação se transforme em uma mercadoria e, portanto, a escola pública se desvalorize completamente.

Palavras-chave: Geografia; escola pública; representação social; trabalho coletivo; educação.

Quando uma escola pública local se deixa perder pela incompetência, pela indiferença ou pelo desespero, deveríamos ficar de luto, porque se trata da perda de um local particular de possibilidade. Quando a própria educação pública é ameaçada, como agora, pelo cinismo e pelo desleixo, pela fria atração do mercado e pela perda de imaginação cívica - quando isto acontece, precisamos reunir o que a sala de aula pode nos ensinar, articular aquilo que aprendemos, proclamá-lo alto e bom som e conservá-lo bem próximo ao coração. (Rose, 1995, 433)ⁱ

Vivemos profundas mudanças, tanto na área econômica e social, como no interior dos sistemas educacionais, que afetam a vida da escola e de seus

principais atores sociais: aluno e professor. As reformas educacionais centram-se sobretudo em um processo de ganhos financeiros e simultaneamente na transformação de objetivos, da epistemologia, de métodos e técnicas. A implantação da Nova LDB; os Parâmetros Curriculares Nacionais, com a introdução dos temas transversais; a reorganização das escolas dos antigos 1º e 2º graus, separando o espaço físico dos diferentes níveis de ensino; as inovações no sistema de avaliação (SARESP, ENEM, PROVÃO);ⁱⁱ a “recuperação” de alunos nas férias por pessoas não habilitadas para tal tarefa; a reorganização da grade curricular que diminuiu o número de aulas de Geografia, História, Ciências e aumentou o número de alunos por classe, diminuindo o montante salarial do professor; o preconceito em relação à escola pública, são mudanças e problemas criados que, de modo geral, ainda não puderam ser bem compreendidos e avaliados pelos professores no interior do contexto histórico e espacial em que nos situamos. Será o caos ou haverá luz no fim do túnel?

No meio de tantas mudanças, como realizamos nosso trabalho como professores de Geografia?

A tarefa do professor talvez consista em educar um jovem ou um adulto para não se deixar enganar; para não se deixar enganar não apenas pela televisão, rádio, jornais, cinema, como também pelos aparatos ditos educativos ou culturais que podem inculcar de forma eficaz mentiras disfarçadas com o manto da realidade.ⁱⁱⁱ O que para nós professores está em pauta é como o trabalho pedagógico com a Geografia contribui para tornar nossos estudantes menos ingênuos diante daquilo que chamamos de realidade.

Que caminhos podemos seguir para que o nosso trabalho em sala de aula permita ao aluno compreender o espaço geográfico, dialogar com ele e assim ampliar a sua visão de mundo; conhecer o seu papel na sociedade moderna ou pós-moderna em uma economia mundializada e de vida globalizada?

Quem poderá responder as clássicas perguntas ao nos defrontarmos com uma classe: Para que ensinar Geografia? O que ensinar em Geografia? Como ensinar Geografia? Que recursos didáticos selecionar e como utilizá-los? Como nos relacionar com as demais disciplinas do currículo, considerando que todas elas têm papel significativo na formação de um cidadão? Como fazer com que o trabalho pedagógico com a Geografia contribua para a vida do estudante em suas múltiplas dimensões? São questões permanentes que nós professores nos fazemos constantemente e que está difícil para o professor de Geografia responder para si próprio, para seus companheiros de escola e para os seus estudantes. As respostas são diferentes em contextos históricos e espaciais variados e no mundo complexo e contraditório que o País vive, com a escola envolta em situações conflitantes na sua relação com os diferentes poderes, com pais e alunos de diferentes culturas e categorias sociais. As respostas tornam-se rapidamente

obsoletas e inadequadas para caminhar no sentido dos objetivos educacionais preestabelecidos.

Não é possível pensar o ensino e aprendizagem da Geografia sem pensar que ela é parte integrante da escola e, aqui, a nossa preocupação é com a escola pública como um espaço social que apresenta forças, fragilidades e limites.

A Geografia não dá conta dos objetivos a que a escola se propõe. A interação com os professores das demais áreas do conhecimento e com a cultura escolar é necessária no sentido de mobilizar toda a possibilidade existente nesse espaço em direção à formação do jovem no seu movimento de vida e nas relações sociais que mantém no interior de grupos sociais e nas instituições a que pertence ou a que venha a pertencer.

É quase consenso, nos documentos oficiais e nos escritos não oficiais, que a escola precisa contribuir para a construção da cidadania. Mas perguntamos o que é cidadania? Como conceituar cidadania em uma sociedade tão desigual na qual pensadores contestam até a existência efetiva do cidadão em um país como o Brasil?

A construção da cidadania como grande meta é extremamente difícil de ser realizada, pois na escola pública temos uma população numerosa, heterogênea do ponto de vista socioeconômico e cultural; diferenças de idade, de valores, de hábitos, de origens regionais, sociais e culturais, na qual os preconceitos e as ideologias dominantes somente podem ser superadas com muito trabalho por parte do conjunto dos professores.

Um dos saltos qualitativos das últimas décadas do século XX, no campo da educação, é a de que o currículo da escola deve partir do conhecimento prévio do aluno e não de um elenco de conteúdos selecionados por órgãos educacionais superiores. Mesmo que esse pressuposto exista teoricamente, na prática o estilo convencional de ensinar continua a ser predominante - a listagem de conteúdos disciplinarmente constituídos e a imposição de proposições oficiais.

Se nos ativermos à análise das últimas propostas curriculares, veremos que isto está cada vez mais distante da prática concreta dos docentes. Lembremos o que escreve Tomaz Tadeu:

“O conhecimento deixa de ser um campo sujeito à interpretação e à controvérsia para ser simplesmente um campo de transmissão de habilidades e técnicas que sejam relevantes para o funcionamento do capital. O conhecimento deixa de ser uma questão cultural, ética e política para se transformar numa questão simplesmente técnica.” (Silva, 1998, p.8-9).

Estamos terminando o século XX e continuamos a nos fazer questões antigas sobre o ensino-aprendizagem da Geografia. Que conteúdos selecionar? Que método utilizar? Que linguagens priorizar? Como sensibilizar os alunos para

a importância do conhecimento geográfico para a sua própria vida, em suas múltiplas dimensões?

Pode parecer que essas perguntas já deveriam ter sido superadas, pois a Geografia como ciência avançou em seus vários ramos e deveria ter havido uma contribuição maior para o seu ensino e aprendizagem. Só que as sociedades mudaram, as relações internacionais se mundializaram, o neoliberalismo se expandiu e vem tomando conta do cotidiano de nossas vidas e também do cotidiano escolar. Na atualidade, tais transformações exigem urgentemente a criação de respostas com novos conteúdos.

Como encaminhar um trabalho pedagógico na disciplina Geografia que permita ao aluno assumir posições diante dos problemas que enfrenta na família, no trabalho, na escola e nas instituições das quais participa ou que poderá vir a participar, aumentando o seu nível de consciência sobre as responsabilidades e os direitos sociais, participando efetivamente de uma transformação social?

Marilena Chauí, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, afirma:

“Estou impressionada com a apatia e a despolitização dos jovens, mas principalmente com o sentimento de fatalidade de meus alunos” [...] Vejo com apreensão a falta de uma oposição, mas não sou fatalista e acho que isto é reversível”. (Chauí, O Estado de São Paulo, 2000).^{iv}

Essa palavra - *reversível* - aponta-nos para a certeza de que, como Marilena Chauí, temos de continuar a acreditar em nosso trabalho pedagógico com os jovens em um movimento de resistência no momento em que estamos vivendo não mais uma possibilidade, mas sim a implementação concreta, efetiva de um modelo no qual o conhecimento é fortemente reduzido a um campo de transmissão de habilidades e técnicas.

Continuamos a afirmar que um professor de Geografia, por melhor que seja a sua formação do ponto de vista do conhecimento da ciência geográfica e da disciplina escolar e dos caminhos teórico-metodológicos que hoje existem, se trabalhar disciplinarmente, de forma isolada, não conseguirá promover mudanças substantivas na maneira com que o seu aluno percebe o mundo e na maneira como nele se movimenta.

O docente pode dominar o conhecimento geográfico a ser ensinado; ele pode realizar a leitura do espaço geográfico ou dos espaços geográficos que deseja analisar; pode saber como realizar a transposição da essência da estrutura da disciplina, de suas noções e conceitos estruturantes; pode selecionar métodos de aprendizagem adequados, mas se permanecer restrito à preocupação com sua disciplina, sem interação com os companheiros nessa “viagem pedagógica”, poderá estar distante dos objetivos por ele almejados.

De que maneira o professor especialista em Geografia poderá se integrar na escola com os companheiros para realizar um trabalho pedagógico de relevância para o próprio aluno?

Em primeiro lugar, uma discussão sobre o momento histórico que o Brasil vive no campo da “política” neoliberal (que, felizmente, hoje já vem sendo contestada, até mesmo em países do centro do capitalismo, como os Estados Unidos), mas que interfere profundamente na política educacional. No centro dessa política está a tentativa de transformar também a educação em *mercadoria*, determinando que a escola pública seja destinada àqueles que não podem pagar e a escola particular para os estratos aquinhoados da população. Segundo Thomaz Tadeu (1998), *o neoliberalismo não apenas admite que a escola é capitalista: a escola deve ser capitalista*.

Esta visão perversa da escola coloca professores e alunos em uma situação extremamente difícil e pouco analisada pelos atores sociais envolvidos no processo educativo. A compreensão da escola, sobretudo pública, precisa ser analisada no contexto do neoliberalismo para que não fiquemos perdidos em um mar de reclamações inócuas porque não refletidas teoricamente. No senso comum de alunos, pais e, infelizmente, de parcela dos colegas, até mesmo da Geografia, construiu-se uma representação de que a escola pública é ruim e a escola particular é boa. Será isso real? Será que podemos polarizar dessa maneira a qualidade da escola? Quais as origens de tal representação? Como desmontar esse preconceito que já vem criando raízes?

O professor de Geografia e seus colegas precisam realizar tentativas no sentido do desmonte e superação dessa representação social antes que ela se torne realidade.

A Geografia, assim como a História, poderiam, aproveitando o seu próprio corpo de conhecimentos, propor estudos e atividades no sentido de valorizar a escola pública. Este, no momento histórico que vivemos, pode ser um dos objetivos centrais de uma escola: *valorização*.

Se não estivermos atentos à desvalorização, se o conjunto de pais, alunos e professores não puserem em questão a escola e sua inserção na nova forma assumida pelo sistema capitalista, nenhuma disciplina fará milagres, apesar de todo avanço conceitual, teórico que hoje as ciências conseguiram atingir.

Ao realizar a leitura do espaço geográfico, o professor pode permitir-se também fazer a leitura da realidade específica da escola para entender de onde se originaram os conhecimentos e as representações sociais que dominam o trabalho pedagógico da escola e as relações de poder que ali se estabelecem internamente entre os próprios agentes sociais e entre a escola e os órgãos superiores. Para tanto, é preciso conhecer a história da educação das últimas décadas, da

ditadura militar até os nossos dias, para compreender a tensão existente entre os órgãos educacionais superiores e a escola.

Um dos caminhos para entender a desvalorização da escola pública passa pela compreensão dessa tensão, porque o burocrático e as estatísticas ofuscam, para não dizer que impedem, o fazer pedagógico. Somente assim podemos contestar aqueles que querem que a escola seja algo que tenha valor no mercado, ou seja, a escola como mercadoria.

A organização da escola atual, ainda com o horário da fábrica e na qual foi introduzida até mesmo sua sirene, verdadeira poluição sonora, chamando os alunos para horas, segundo muitos, *perdidas*; segundo outros, o momento de troca, de reflexão, em que o professor tenta trabalhar com o conhecimento, isso aqueles que ainda têm energia e compromisso.

Muitas vezes, ao ouvirmos colegas que se mostram cansados com o trabalho desgastante da sala de aula, nos perguntamos: O que a escola fez com aquela criança “perguntadeira”, ansiosa por conhecer o mundo? Onde está o professor que dizia com orgulho EU SOU PROFESSOR! Como resgatar o ser pensante, curioso? Como despertar o professor educador ou o geógrafo educador que certamente está latente ou adormecido em cada um de nós?

Não é tarefa fácil; não é uma tarefa isolada; é sobretudo uma tarefa de reflexão coletiva, de reflexão constante, de criar coletivamente novos significados para a escola e para o ensino-aprendizagem da Geografia.

O conhecimento produzido na Universidade, fundamentado em pesquisas de campo, de laboratório, bibliográfica e dominado pelo professor deve ser o instrumental teórico a ser elaborado, recriado para transformar-se em saber escolar, ou seja, em saber a ser ensinado.

“[...] o saber que se torna objeto de ensino na escola não é o saber universitário simplificado, é um saber transformado, recomposto, segundo um processo que trata de dominar ao máximo, evitando simplificações que deformam os conhecimentos ou que provocam desvios (Marechal, 1990, p.47).

Há necessidade de se fazer escolhas no universo de conhecimentos estudados na Universidade, como há necessidade de levar em conta a estrutura da própria disciplina, de rever e produzir um outro saber que considera a essência do pensamento geográfico e estudá-lo em sua essência com o público específico de alunos, considerando as faixas etárias, as classes sociais a que os alunos pertencem, as suas características culturais e econômicas e, sobretudo, os objetivos estabelecidos no projeto pedagógico da escola que precisam ser operacionalizados e transformados em atividades didáticas em sala de aula.

Há críticas às propostas curriculares prontas e até mesmo fechadas que, partindo da premissa de que a Geografia não pode ser ensinada por meio da

transmissão de programas prontos e compartimentados, consideram que o professor, ao desenvolver seu trabalho pedagógico, poderia construir o currículo na sala de aula e na escola junto com os docentes e alunos: os conteúdos constituem o objetivo final de seu trabalho. Com essa prática, no entanto, podemos afirmar que a inclusão da Geografia no currículo é desnecessária. No limite, não há necessidade de um geógrafo educador como professor, basta alguém que saiba ler e não necessariamente que tenha uma formação específica.

Somente um professor real pode estar atento em sua prática pedagógica às condições de existência dos próprios alunos e seus familiares considerando-as como pontos de partida que podem permitir a compreensão do espaço geográfico dentro de um processo que transite por diferentes escalas de análise. Enfim, propiciar aos alunos a vivência de um método de trabalho que possa ser usado em situações diversificadas, para que os estudantes, gradativamente, adquiram autonomia no processo de produção do conhecimento.

A consciência da importância da escala em que se trabalha em Geografia é fundamental. Se ele estiver trabalhando na escala mundial, sem correlação com os problemas espaciais que dizem respeito ao cotidiano do aluno, o estudo da Geografia pode permanecer no abstrato e o estudante não ter condições de compreender o seu próprio espaço. Se, ao contrário, estudar o espaço geográfico da cidade ou do bairro em que mora e sua relação com espaços de dimensões maiores pode chegar a explicações restritas não suficientes para a compreensão da totalidade daquele espaço.

O educador precisa saber realizar a leitura analítica do espaço geográfico e chegar à síntese, criando situações no interior do processo educativo para favorecer as condições necessárias ao entendimento da Geografia como uma ciência que pesquisa o espaço construído pelo trabalho das sociedades humanas, vivendo em diferentes tempos, considerando o espaço como resultado do movimento de uma sociedade em suas contradições e nas relações que estabelece com a natureza, com o mundo nos diversos tempos históricos.

Os professores, em geral, e o de Geografia em particular precisam ter como ponto de partida as representações e os saberes que os alunos trazem para o espaço escolar. Não pode existir um vácuo entre o saber escolar - fundamentado nas teorias e metodologias originárias da academia - e as múltiplas representações sociais que os jovens construíram no caminhar de sua existência. O aluno vive o espaço geográfico de diferentes maneiras, em diferentes lugares, mas muitas vezes não tem consciência desse espaço e de suas contradições. O papel do professor é o de despertar essa primeira consciência, permitindo que o aluno tenha voz sobre os vários objetos de estudo e estimulando a emergência das idéias, na tentativa de conhecer as raízes das representações sociais que podem ter sido construídas no cotidiano de seu trabalho; nas brincadeiras e jogos de sua

infância e adolescência; no bar da esquina; nas relações de vizinhança quer sejam na favela, em condomínios fechados de luxo ou nos chamados mutirões. A influência da mídia também surge na fala dos estudantes e muitos dos exemplos que afloram certamente provêm da televisão e dos programas de maior audiência. Como articular essas informações televisivas com outras informações e enriquecer as representações dos nossos alunos do ensino fundamental e médio e, quem sabe, construir conhecimentos, permitindo um diálogo com o espaço vivido e não filtrado pelos órgãos de comunicação de massa?

É fundamental que tenhamos presente que a aprendizagem envolve compreensão, pois o que se aprende sem compreender não é verdadeiro. Estudar os nomes dos rios da cidade de São Paulo, ou dos rios que formam o Guaíba, ou dos eixos viários que dão acesso às principais metrópoles do País somente terá sentido se for para a construção de significados, ou seja, o que tais estudos representam na vida dos cidadãos em formação?

A linguagem do aluno, assim como a das pessoas em geral, está impregnada de significados, de conhecimentos, de emoção, de afetos, sendo que alguns são explícitos, enquanto outros precisam ser desvelados por meio de acurada reflexão.

Como o aluno expressa o seu saber e as suas representações quando vê na televisão notícias sobre comemorações do “Brasil 500 Anos”, ou sobre a ocupação de um prédio, ou das margens de um córrego por populações sem-teto? Como vê uma usina desativada ou os índices de desemprego do País e do Mundo?

Ouvir o aluno nos permite conhecer as representações sociais que construiu a respeito do mundo, mas precisamos ensinar os alunos a perguntar e ajudá-los a enriquecer as representações por eles construídas. Em que medida podemos estimular a sua capacidade de observar uma paisagem e de questioná-la quanto à sua organização territorial, de formular questões e ir à busca de respostas?

Recebido para publicação em 2 de maio de 2000

Notas

ⁱ Citado por Fischman, 1998, p. 64.

ⁱⁱ SARESP - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. O primeiro exame foi feito em 1996; ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, proposto pelo MEC opcionalmente para os alunos que estão terminando o ensino médio e PROVÃO, corresponde ao Exame Nacional de Cursos, realizado pelo MEC no sentido de avaliar a qualidade dos cursos superiores do País.

ⁱⁱⁱ Adaptado de Larrosa, 1998, p. 52.

^{iv} A entrevista mencionada foi concedida, por ocasião da candidatura de Marilena Chauí ao Prêmio Multicultural 2000 Estadão Cultura na categoria criadores, ao lado de outros nove intelectuais brasileiros, entre os quais se acha o geógrafo Milton Santos.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografía, representaciones sociales y escuela pública. *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.145-154, 2000.

Resumen: El artículo discute los principales problemas que los profesores de la asignatura escolar Geografía y de las demás materias del currículo de las escuelas de enseñanza básica y secundaria viven en este final de siglo. Para ello se tienen en cuenta los cambios impuestos por los organismos gubernamentales en sus distintas instancias, los cuales acompañan la nueva forma que el capitalismo ha asumido, direccionado por la corriente político-económica neoliberal en el embate de los significados que deberán orientar la vida social. Dentro de esta orientación, las reformas educacionales se sitúan en el centro de las políticas dominantes. En el presente texto, buscamos pensar una forma que permita a los geógrafos educadores y demás profesionales promover acciones pedagógicas que se traduzcan en un *movimiento de resistencia* a esos cambios, de manera de impedir que la educación se transforme en una mercancía y que, por lo tanto, la escuela pública se devalúe completamente.

Palabras-clave: Geografía, escuela pública, representación social, trabajo colectivo, educación.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geography, social representations and public school. *Terra Livre*, São Paulo, 15: 145-154, 2000.

Abstract: This paper discusses some of the main problems that the teachers of Geography and of other disciplines of elementary and high school have faced in the final years of the 20th century, as a result of the changes imposed by the different levels of brazilian governmental institutions. These changes follow the new fashion assumed by capitalism, which is directed by the neoliberal political and economical current in the search of meanings that might guide social life. Thus, the educational reform became the central subject of the dominant politics. This paper emphasizes the way geographers who are educators, together with professionals of other areas, could carry out pedagogical practices which would translate into a resistance movement against such reforms. In this way they would help to avoid the management of education as if it were a commodity, as well as the complete devaluation of the public school system.

Key words: Geography, public school, social representations, collective work; education.

Bibliografia

- CHAUÍ, Marilena. Entrevista. *O Estado de São Paulo*, 29 abr. 2000. Caderno 2.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *A importância do ato de ler* - em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- _____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- FISCHMAN, Gustavo. Representando a docência: jogando com o bom, o mau e o ambíguo. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 64 - 80.
- LARROSA, Jorge. Agamenon e seu porqueiro. Notas sobre a produção e o uso da realidade nos aparatos pedagógicos e nos meios de comunicação. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 48 - 63.
- MACEDO, Donaldo e BARTOLOMÉ, Lilia. A globalização como uma forma de colonialismo: um desafio para os educadores e as educadoras In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 11-32.
- MARECHAL, Jean. La professionnalité de l'enseignant: nouveau sésame pour le système éducatif. In: CINQUIÈME RENCONTRE NATIONALE SUR LES DIDATIQUES DE LA HISTOIRE, DE LA GÉOGRAPHIE, DES SCIENCES SOCIALES. Paris: INRP - Institut National de Recherche Pédagogique, mars 1990, p. 37-48
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Introdução*. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.